

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO para debater os cortes no orçamento da assistência social.

Senhora Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 3º do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discutir as vacinas contra o novo coronavírus que estão e serão utilizadas pelo Programa Nacional de Imunizações, bem como para debater o auxílio emergencial.

Para discutir o tema com a Comissão recomendamos convite aos seguintes participantes:

1. O Ministro de Estado da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello; e
2. O Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes.

JUSTIFICAÇÃO

Em todo o mundo, foram anunciadas diversas vacinas contra o Covid-19.



CD/21681.97299-00

No Brasil, o governo federal, por intermédio do Ministério da Saúde, afirmou que trabalha com especialistas para o desenvolvimento do Plano de Operacionalização da Vacinação contra o Covid-19.

Em janeiro último, uma enfermeira de São Paulo foi a primeira pessoa vacinada contra o coronavírus no Brasil, após a aprovação do uso emergencial de dois imunizantes, a saber: Coronavac, do laboratório chinês Sinovac em colaboração com o Instituto Butantan, e o da Astrazeneca/Universidade de Oxford, elaborada em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz.

Outras vacinas estão sendo avaliadas internamente, como a Moderna, a da Biontech PFIZER, entre outras.

Considerando a estimativa de que o Brasil precisará de cerca de 242 milhões e 322 milhões de doses¹, a depender do esquema vacinal, é importante debater no âmbito de nossa Comissão, a quantidade de doses já adquiridas, em que pé está a análise e os testes de outros imunizantes ainda não aprovados internamente, bem como compreender o Plano Nacional de Imunização, entre outros temas.

Também decorrente dessa pandemia, é necessário ampliar o debate legislativo acerca da manutenção/prorrogação do auxílio emergencial.

De um lado, temos a população brasileira mais carente, que sem emprego e renda, depende desse auxílio para a manutenção de sua vida e de sua família.

Noutro lado, temos o ministério da Economia defendendo um maior compromisso com as finanças públicas.

É certo que o Brasil deve caminhar de um modo mais austero, responsável com o endividamento público. Contudo, é dever deste mesmo Estado estender a mão aos seus filhos, especialmente aos mais necessitados.

Deste modo, precisamos ouvir do Ministro da Economia, proposta de solução para esse impasse que poderá levar milhões de brasileiros

¹ <https://noticias.r7.com/saude/quantas-doses-de-vacina-o-brasil-precisa-para-toda-a-populacao-03122020>



à fome, sendo esta Comissão o palco ideal para o necessário debate sobre o tema.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação do presente requerimento, com a realização dessa importante Audiência Pública.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PODE/GO)

